

# **Demonstrações Financeiras**

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

# **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

## **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2020

### **Índice**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Demonstração do valor adicionado .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**  
Florianópolis (SC)

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Não cumprimento de certos indicadores financeiros

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, que descrevem as condições do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao não cumprimento da Companhia do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que resultou na reclassificação da dívida integralmente para o passivo circulante. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

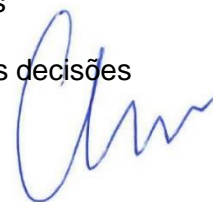
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



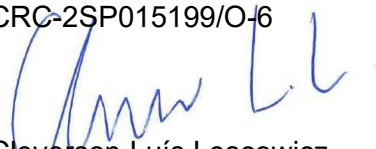
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Blumenau, 23 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Cleverson Luís Lescowicz  
Contador CRC-SC027535/O-0

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	<b>20.465</b>	22.015
Contas a receber	6	<b>10.763</b>	300
Tributos a recuperar	7	<b>1.726</b>	1.388
Despesas antecipadas	8	<b>1.204</b>	754
Adiantamentos	9	<b>33</b>	131
Total do ativo circulante		<b>34.191</b>	24.588
Não circulante			
Tributos diferidos	22	<b>3.214</b>	1.079
Despesas antecipadas	8	<b>21</b>	-
Imobilizado	10	<b>481</b>	559
Intangível	11	<b>541.312</b>	542.734
Total do ativo não circulante		<b>545.028</b>	544.372
Total do ativo		<b>579.219</b>	568.960

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	<b>4.986</b>	1.322
Empréstimos e financiamentos	13	<b>7.860</b>	-
Partes relacionadas	14	<b>533</b>	307
Obrigações sociais e trabalhistas	15	<b>2.305</b>	694
Tributos a recolher	16	<b>1.801</b>	329
Outros passivos	17	<b>476</b>	541
Total do passivo circulante		<b>17.961</b>	3.193
Patrimônio líquido	18		
Capital social		<b>571.001</b>	571.001
Prejuízos acumulados		<b>(9.743)</b>	(5.234)
Total do patrimônio líquido		<b>561.258</b>	565.767
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>579.219</b>	568.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração do resultado  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>Nota</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita operacional líquida	19	<b>64.913</b>	268
Custo dos serviços prestados	20	<b>(54.185)</b>	(185)
Lucro bruto		<b>10.728</b>	83
Despesas gerais e administrativas	20	<b>(12.545)</b>	(10.961)
Despesas comerciais	20	<b>(5.259)</b>	-
Outras receitas operacionais		<b>95</b>	1
Prejuízo operacional		<b>(6.981)</b>	(10.877)
Receitas financeiras	21	<b>630</b>	4.978
Despesas financeiras	21	<b>(293)</b>	(414)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		<b>(6.644)</b>	(6.313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	<b>2.135</b>	1.079
Prejuízo do exercício		<b>(4.509)</b>	(5.234)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	<b>(4.509)</b>	(5.234)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<b><u>(4.509)</u></b>	<b><u>(5.234)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar		
Constituição do capital	593.909	(593.909)	-	-
Integralização do capital	-	571.001	-	571.001
Prejuízo do exercício	-	-	(5.234)	(5.234)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	593.909	(22.908)	(5.234)	565.767
Prejuízo do exercício	-	-	(4.509)	(4.509)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<b>593.909</b>	<b>(22.908)</b>	<b>(9.743)</b>	<b>561.258</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração do fluxo de caixa  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>(6.644)</b>	(6.313)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	<b>7.384</b>	35
Baixa de ativo imobilizado e intangível	<b>11.353</b>	-
Provisão para devedores duvidosos	<b>4.950</b>	-
Apropriação de juros e atualizações monetárias	<b>436</b>	-
Outras provisões	<b>-</b>	880
	<b>17.479</b>	(5.398)
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas a receber	<b>(15.413)</b>	(300)
Tributos a recuperar	<b>(338)</b>	(1.388)
Despesas antecipadas	<b>(471)</b>	(754)
Adiantamento	<b>98</b>	(131)
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	<b>3.664</b>	986
Partes relacionadas	<b>226</b>	307
Obrigações sociais e trabalhistas	<b>1.611</b>	511
Tributos a recolher	<b>1.472</b>	214
Outros passivos	<b>(66)</b>	295
Fluxo de caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	<b>8.262</b>	(5.658)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição de ativo imobilizado	<b>(7)</b>	(576)
Adição de ativo intangível	<b>(17.229)</b>	(542.752)
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimento	<b>(17.236)</b>	(543.328)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	<b>-</b>	571.001
Captação de empréstimos e financiamentos	<b>7.498</b>	-
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	<b>(74)</b>	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<b>7.424</b>	571.001
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<b>22.015</b>	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<b>20.465</b>	22.015
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<b>(1.550)</b>	22.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
1. Receitas	<b>68.365</b>	300
Receitas de serviços e cessão de espaço	<b>67.770</b>	300
Receita de linearização de contratos – IFRS 16	<b>2.390</b>	-
Devoluções e cancelamentos	<b>(1)</b>	-
Outras receitas	<b>95</b>	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	<b>(4.950)</b>	-
2. Insumos adquiridos de terceiros	<b>(42.535)</b>	(5.888)
Custo dos serviços prestados	<b>(31.298)</b>	(185)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(7.867)</b>	(5.703)
Despesas com vendas	<b>(309)</b>	-
3. Valor adicionado bruto (1;2)	<b>25.830</b>	(5.588)
4. Depreciação/amortização	<b>(7.392)</b>	(35)
5. Valor adicionado líquido (3;4)	<b>18.438</b>	(5.623)
6. Valor adicionado recebido em transferência	<b>630</b>	4.978
Receitas financeiras	<b>630</b>	4.978
7. Valor adicionado para distribuição (5;6)	<b>19.068</b>	(645)
8. Distribuição do valor adicionado	<b>19.068</b>	(645)
Pessoal	<b>14.772</b>	5.222
Remuneração direta	<b>11.871</b>	4.118
Benefícios	<b>2.196</b>	1.104
Encargos	<b>705</b>	-
Impostos, taxas e contribuições	<b>8.512</b>	(1.047)
Federais e municipais	<b>8.512</b>	(1.047)
Remuneração de capitais de terceiros	<b>293</b>	414
Despesas financeiras	<b>293</b>	414
Remuneração de capitais próprios	<b>(4.509)</b>	(5.234)
Prejuízo do período	<b>(4.509)</b>	(5.234)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

## **1. Contexto operacional**

A Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima e tem como objeto a prestação de serviços públicos para a expansão, manutenção e operação da infraestrutura aeroportuária, localizado na Rua Fortunato Ramos, 245 - Sala 1304, Santa Lucia, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. A Concessionária é controlada 100% pela Zurich Airport Latin America Ltda.

A Concessionária foi constituída para a operação dos terminais aeroportuários de Vitória e Macaé, após a Zurich Airport Latina America Ltda. vencer o leilão do Bloco Sudeste. O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão dos Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A. no dia 05 de setembro de 2019 pelo período correspondente a 30 anos, para operação e administração dos aeroportos de Vitória e Macaé.

A Concessionária teve sua data de eficácia contratual em 03 de outubro de 2019 e seu início operacional em 20 de dezembro de 2019 em Macaé e 3 de janeiro de 2020 em Vitória. O contrato de concessão poderá ser renovado por mais 5 (cinco) anos após o término dos 30 anos. Esse contrato prevê que a Concessionária realize pagamentos de contribuições variáveis a partir do 5º (quinto) ano da concessão.

A contribuição fixa inicial, decorrente da oferta realizada no Leilão, corresponde a R\$ 440.943 (quatrocentos e quarenta milhões, novecentos e quarenta e três mil reais), a qual foi liquidada na data da assinatura do contrato, em 05 de setembro de 2019, reajustado pelo IPCA-IBGE).

Ainda, conforme estipulado em edital do Leilão referente a Concessão aeroportuária, houve indenização a INFRAERO, referente ao custeio de programas de adequação do efetivo, no valor de R\$ 85.526 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e seis mil reais).

A Concessionária se obriga a pagar à União, mediante depósito ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, a contribuição variável. A primeira Contribuição Variável terá como base a receita bruta referente ao quinto ano-calendário completo da concessão, contado a partir da Data de Eficácia, seguindo, a partir de então, as alíquotas e periodicidades, a considerar: (a) Quinto ano: 1,77%; (b) Sexto ano: 3,54%; (c) Sétimo ano: 5,31%; (d) Oitavo ano: 7,08%; (e) Até o final da Concessão: 8,85%. O pagamento da contribuição variável se dará no momento da apresentação das demonstrações financeiras.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: (a) término da vigência do contrato; (b) retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Concessionária.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### Impactos da COVID-19

No início de suas operações nos aeroportos de Vitória e Macaé, a Concessionária foi significativamente impactada com a pandemia do novo Coronavírus. A pandemia da COVID-19, doença respiratória altamente infecciosa causada pelo novo Coronavírus (SAR-CoV-2), levou a Organização Mundial de Saúde – OMS a declarar estado de emergência e registrar formalmente o seu carácter de pandemia global em 11 de março de 2020.

Essa medida desencadeou a adoção de uma série de restrições à circulação de pessoas, não só pelo mundo, mas também no território nacional, que reconheceu o estado de calamidade pública no Brasil através do Decreto Legislativo nº. 6/2020.

A partir de tal medida, o Poder Público, em todas as suas esferas, passou a editar diversas Normas tratando do tema, todas voltadas à imposição de medidas, visando restringir o deslocamento de pessoas. Dentre as mais importantes, a Lei nº. 13.979/2020, alterada pelas Medidas Provisórias 926 e 928, que estabeleceu que “para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, as autoridades poderão adotar” o isolamento e a quarentena (art. 3º, I e II).

Apesar das operações aéreas nacionais estarem mantidas como serviços essenciais, no Brasil, segundo dados da ANAC, houve drástica redução da malha aérea nacional, chegando a 91,61%. Já as atividades econômicas de varejo, como lanchonetes e restaurantes, não foram incluídas como atividades essenciais, nos termos do Decreto nº. 10.282/2020, sendo obrigadas a manter suas operações fechadas por determinados períodos.

Todas essas medidas impactaram as receitas da Concessionária, não só no que diz respeito às receitas tarifárias, como também às não tarifárias. A Concessionária registrava em torno de 72 voos diários, chegando a operar com somente 3 aviões decolando, representando uma queda de 95,83% de voos, superior a projeção da ANAC. A exploração dos espaços de uso comercial foi afetada, algumas operações foram encerradas de forma permanente e outras permaneceram fechadas com a retomada gradativa, em razão da falta de voos e, conseqüentemente, de passageiros no aeroporto.

Não há dúvidas dos impactos da pandemia do Covid-19 e o grande reflexo gerado no setor de aviação, por isso, no decorrer de 2021 a Concessionária deverá entrar com pedido de reequilíbrio econômico-financeiro junto a ANAC.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### Impactos da COVID-19--Continuação

Em 23 de novembro de 2020 a Concessionária entrou com pedido para não aplicação de penalidades, conforme contrato de concessão via nota técnica ASeB 196/2020, referente a aplicação do Fator de Ajuste (FA) e da Taxa de Atualização (TA) no excesso Receita por Passageiro Ajustada (RPA) em relação a Receita Teto (RT) do ano 2020, em função dos efeitos não esperados pela pandemia de Covid19.

A Concessionária manteve a mesma tarifa herdada da Infraero na assunção de suas operações, sem qualquer tipo de atualização monetária. Em 03 de dezembro de 2020 a ANAC respondeu no ofício 209/2020/GERE/SRA-ANAC que não aplicaria as penalidades previstas no contrato de concessão, mantendo a Taxa de Atualização (TA) do ano de 2020 em 1 (um), por sua vez, o Fator de Ajuste (FA) deve ser apurado normalmente, a princípio para aplicação na RPA de 2021, mas poderá ser utilizado como forma de reduzir possível desequilíbrio causado pela pandemia de Covid-19, em eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro pela Concessionária que venha a ser aprovado pela Diretoria Colegiada da ANAC.

#### Projeto de ampliação aeroporto Macaé

Após a Reunião do Conselho de Administração da Concessionária, realizada em dezembro/2020, a ASeB decidiu pela alteração da solução inicialmente eleita (construção de uma nova PPD – pista de pouso e decolagem) para a construção de um novo terminal de passageiros e adequações necessárias no sistema de pátio, pista e taxiways existentes.

Em razão da alteração da solução, a Concessionária propôs a entrega do anteprojeto à ANAC de acordo com o seguinte cronograma:

- Anteprojeto Conceitual - entrega em 22/02/2021;
- Anteprojeto - entrega em 18/03/2021;
- Plantas de Sinalização e Relatório de Consulta - entrega em 31/03/2021.

O cronograma foi aprovado pela ANAC, por meio do Ofício nº 5/2021/GTIS/SRA-ANAC em 11 de janeiro de 2021.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 23 de fevereiro de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.



## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente em todo exercício apresentado nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

c) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com pagamentos em atraso e em montante considerado suficiente pela administração para suprir eventuais perdas na realização desses créditos.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil do bem, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	20
Móveis, utensílios e equipamentos	10
Ferramentas e aparelhos	10

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado.

#### e) Intangível

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

##### *Direito de concessão*

A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. A amortização desse direito é calculada com base na curva de passageiros esperada ao longo do contrato de concessão do aeroporto, sendo atualizada anualmente.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### e) Intangível--Continuação

##### *Softwares*

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção dos softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários.

As construções efetuadas durante a concessão serão entregues ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o CPC 05 - item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão. O cálculo indicado é pela vida útil e curva de demanda, com base em uma estimativa da curva de amortização que ofereça razoável confiabilidade.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto é com base na curva de movimentação de passageiros (workload unit - WLU) projetadas até o final do prazo de concessão e atualizada anualmente.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### e) Intangível--Continuação

##### *Softwares--Continuação*

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a Companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

##### *Contratos de concessão - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)*

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- (b) O Poder Concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01.

##### *Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional*

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e do novo terminal em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

##### *Reconhecimento de receita de construção*

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

e) Intangível--Continuação

*Reconhecimento de receita de construção--Continuação*

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

g) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

*Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há instrumentos financeiros derivativos.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### g) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros*--Continuação

###### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

###### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
  - A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e
- (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo;
  - (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### g) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) *Ativos financeiros--Continuação*

###### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro da Companhia, de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

##### ii) *Passivos financeiros*

###### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados a valor justo com contrapartida no resultado, e ou empréstimos e financiamentos conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os passivos financeiros da Companhia correspondem a fornecedores, outras obrigações, impostos a pagar e empréstimos e financiamentos. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

g) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros--Continuação*

*Mensuração subsequente*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

*Desreconhecimento (baixa)*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

h) Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável. As receitas da Companhia são oriundas de:

i) *Receitas tarifárias*

A Concessionária obtém receitas através da cobrança de tarifas aos usuários da infraestrutura aeroportuária. Os limites máximos de cada tarifa são estabelecidos pelo poder concedente através do Capítulo 2 (seção IV) do contrato de concessão, iniciando a partir do quinto ano, através de taxas progressivas.

A Concessionária poderá, por meio de diferenciação das tarifas cobradas, praticar gerenciamento tarifário como forma de precificar os serviços prestados de maneira mais eficiente e otimizar a utilização da infraestrutura aeroportuária.



## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### h) Reconhecimento de receita--Continuação

##### i) *Receitas tarifárias--Continuação*

Destacam-se as seguintes receitas tarifárias:

##### a) Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados dos passageiros e repassados pelas companhias aéreas referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

##### b) Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços, equipamentos, instalações, e facilidades disponíveis para as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave.

##### c) Tarifa de permanência

É o valor cobrado pela prestação de serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis para as operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia a partir de três horas do pouso.

##### d) Tarifa de armazenagem e capatazia

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

##### ii) *Receitas não tarifárias*

A Companhia também obtém receitas explorando atividades no aeroporto como cessão de espaços que lhe foram concedidos, estacionamento e outros serviços prestados às empresas e instituições que estão no sítio aeroportuário. Os preços estipulados nos contratos relativos à receita não tarifária não são regidos por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente e são negociadas livremente entre as empresas interessadas.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### h) Reconhecimento de receita--Continuação

##### iii) *Receita de construção*

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 - Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras como contrapartida do ativo intangível.

Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A administração da Companhia, através de estudo realizado não identificou margem de lucro nesta operação.

##### iv) *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### i) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

##### i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### i) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)--Continuação

##### i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

##### ii) *Ativos não financeiros*

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

i) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)--Continuação

ii) *Ativos não financeiros--Continuação*

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Na data do balanço não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

j) Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **l) Provisões**

##### *Geral*

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### *Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas*

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia não possui causas prováveis e possíveis com valores materiais a serem divulgadas.

#### **m) Demonstrações do fluxo de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

#### **n) Demonstrações do valor adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é apresentada de forma complementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

o) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com os impostos compreendem as parcelas correntes e diferidas. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à: combinação de negócios, diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e também com relação aos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, ação baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

p) Impostos sobre serviços prestados

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços prestados, exceto:

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços prestados;

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

p) Impostos sobre serviços prestados--Continuação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial;
- Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%;
- Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS): Município de Vitória 5% e Macaé 2%.

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

q) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

*Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios*

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

*Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência*

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

q) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020--Continuação

*Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material*

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

*Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*

O pronunciamento revisa alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

*Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento*

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.



## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

r) Normas emitidas mas ainda não vigentes

*IFRS 17 - Contratos de seguro*

Aguardando a emissão do CPC, com codificação prevista como CPC 50, a IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emitem, com objetivo de fornecer um modelo contábil para contratos que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Contemplando assim, uma adaptação específica para contratos com características de participação direta; e uma abordagem simplificada principalmente para contratos de curta duração. O início da vigência da IFRS 17 está previsto para 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A Companhia optou por não adotar antecipadamente a implementação da IFRS 17.

*Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante*

Com as alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, codificado como CPC 26, em janeiro de 2020, alterou os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante, sendo elas:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações do IAS1 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está analisando os impactos destas alterações nos contratos de empréstimos existentes.

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 48, a Companhia efetuou a avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>20.465</b>	22.015
Contas a receber de clientes	<b>10.763</b>	300
Fornecedores	<b>4.986</b>	1.322
Empréstimos e financiamentos	<b>7.860</b>	-
Partes relacionadas	<b>533</b>	307

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros?

i) Risco de crédito

Ocorre pela possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou nos depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

ii) Risco de gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Até o momento a Companhia não realizou nenhuma distribuição de dividendos.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 4. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros--Continuação

#### iii) Risco de liquidez

Representa o risco de a Concessionária não vir a dispor de recursos financeiros líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para a gestão da liquidez de caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorados periodicamente pelo departamento Financeiro. O excedente de caixa disponível pela Concessionária é investido em aplicações financeiras.

#### iv) Risco de mercado

*Risco de taxas de juros e inflação:* decorrente da parcela da dívida referenciada ao IPCA/IBGE relativo a concessão a pagar, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável na inflação.

*Risco de taxas de câmbio:* possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas.

#### v) Risco regulatório

As tarifas aeroportuárias utilizadas pela Concessionária são reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) com o intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de Concessão.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e bancos	<b>3.029</b>	7
Aplicações financeiras	<b>17.436</b>	22.008
Total de caixa e equivalentes de caixa	<b><u>20.465</u></b>	<b><u>22.015</u></b>

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancários (CDB) e são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) entre 101,25% a 106%.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 6. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a receber		
Tarifária	4.180	283
Não tarifária	9.143	17
Linearização contratos - IFRS 16	2.390	-
Provisão para devedores duvidosos	(4.950)	-
Total de contas a receber	<u>10.763</u>	<u>300</u>

#### Contas a receber líquidas por vencimento

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	9.524	300
Vencidos:		
Até 30 dias	596	-
De 30 à 60 dias	15	-
De 60 à 90 dias	24	-
De 90 à 120 dias	79	-
De 120 à 150 dias	229	-
De 150 à 180 dias	274	-
Acima de 180 dias	4.972	-
Total	<u>15.713</u>	<u>300</u>

#### Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	-
Adições	(4.950)
Saldo no final do exercício	<u>(4.950)</u>

A companhia não possuía saldo de devedores duvidosos no ano de 2019.

A companhia adotou a IRFS 16 realizando a linearização dos contratos de cessão de espaço precificados com valor mínimo, reconhecendo o valor de R\$ 2.390 relativos a equalização dos contratos em 2020.

### 7. Tributos a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributos a recuperar		
PIS e COFINS a recuperar	9	-
IRPJ e CSLL a recuperar	1.498	1.388
IRRF a recuperar	219	-
Total de tributos a recuperar	<u>1.726</u>	<u>1.388</u>

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 7. Tributos a recuperar--Continuação

O imposto de renda e contribuição social é oriundo de recolhimentos antecipados durante o ano de 2020.

### 8. Despesas antecipadas

	2020	2019
Despesas antecipadas		
Seguros a apropriar	1.225	754
Total despesas antecipadas	1.225	754
Circulante	1.204	754
Não circulante	21	-

### 9. Adiantamentos

	2020	2019
Adiantamentos		
Adiantamentos a fornecedores	33	131
Total adiantamentos	33	131

### 10. Imobilizado

#### a) Composição

	2019			
	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	8	-	8
Móveis e utensílios	10	20	(17)	3
Equipamentos de informática	20	528	-	528
Instalações	10	20	-	20
		576	(17)	559

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 10. Imobilizado--Continuação

#### a) Composição--Continuação

	2020			
	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	20	(4)	16
Móveis e utensílios	10	4	-	4
Equipamentos de informática	20	581	(131)	450
Ferramentas e aparelhos	10	5	-	5
Instalações	10	7	(1)	6
		<b>617</b>	<b>(136)</b>	<b>481</b>

#### b) Movimentação do ativo imobilizado

	2019				
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros	Total
Adições	8	20	528	20	576
Depreciação	-	-	(17)	-	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8	20	511	20	559
Saldo em 31 de dezembro de 2019					
Custo	8	20	528	20	576
Depreciação acumulada	-	-	(17)	-	(17)
Saldo contábil líquido	8	20	511	20	559
	2020				
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8	20	511	20	559
Adições	-	2	-	5	7
Transferências	12	(18)	253	(13)	234
Baixas	-	-	(200)	-	(200)
Depreciação	(4)	-	(114)	(1)	(119)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16	4	450	11	481
Saldo em 31 de dezembro de 2020					
Custo	20	4	581	12	617
Depreciação acumulada	(4)	-	(131)	(1)	(136)
Saldo contábil líquido	16	4	450	11	481

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 11. Intangível

#### a) Composição

	2019			
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de outorga	(*)	440.943	(10)	440.933
Softwares de uso	(**)	1.228	(8)	1.220
Marcas e patentes		241	-	241
Intangível em serviço	(***)	100.340	-	100.340
		<u>542.752</u>	<u>(18)</u>	<u>542.734</u>

	2020			
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de outorga	(*)	440.943	(2.442)	438.501
Softwares de uso	(**)	3.563	(562)	3.001
Marcas e patentes		262	-	262
Intangível em serviço	(***)	100.293	(4.279)	96.014
Intangível em andamento		3.534	-	3.534
		<u>548.595</u>	<u>(7.283)</u>	<u>541.312</u>

#### b) Movimentação do ativo intangível

	2019					
	Direito de outorga	Softwares de uso	Marcas e patentes	Intangível em serviço	Intangível em andamento	Total
Adições	440.943	1.228	241	100.340	-	542.752
Amortização	(10)	(8)	-	-	-	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>440.933</u>	<u>1.220</u>	<u>241</u>	<u>100.340</u>	<u>-</u>	<u>542.734</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019						
Custo	440.943	1.228	241	100.340	-	542.752
Amortização acumulada	(10)	(8)	-	-	-	(18)
Saldo contábil líquido	<u>440.933</u>	<u>1.220</u>	<u>241</u>	<u>100.340</u>	<u>-</u>	<u>542.734</u>

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 11. Intangível--Continuação

#### b) Movimentação do ativo intangível--Continuação

	2020					Total
	Direito de outorga	Softwares de uso	Marcas e patentes	Intangível em serviço	Intangível em andamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	440.933	1.220	241	100.340	-	542.734
Adições	-	2.539	12	1.549	13.129	17.229
Baixas	-	(228)	-	(10.925)	-	(11.153)
Amortização	(2.432)	(554)	-	(4.279)	-	(7.265)
Transferências	-	24	9	9.329	(9.595)	(233)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>438.501</b>	<b>3.001</b>	<b>262</b>	<b>96.014</b>	<b>3.534</b>	<b>541.312</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2020						
Custo	440.943	3.563	262	100.293	3.534	548.595
Amortização acumulada	(2.442)	(562)	-	(4.279)	-	(7.283)
Saldo contábil líquido	<b>438.501</b>	<b>3.001</b>	<b>262</b>	<b>96.014</b>	<b>3.534</b>	<b>541.312</b>

A Companhia reconheceu em seu ativo intangível a outorga decorrente a oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária pelo valor original de R\$ 440.943 e sua respectiva amortização.

A curva de amortização do direito de outorga é baseada na curva de movimentação de passageiros (workload unit - WLU), projetadas até o final da concessão com base no plano de negócios da concessão.

#### *Teste do valor recuperável*

Com base no CPC 01, a Companhia realizou teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2020. Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível, composto pelas capitalizações efetuadas ao longo do tempo até a data indicada (carrying amount), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual dos aeroportos de Vitória e Macaé. O teste é elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Não obstante, em 31 de dezembro de 2020, o saldo contábil das capitalizações no ativo intangível era inferior ao valor presente das unidades geradoras de caixa, o que indica que não há perda do valor recuperável ao longo do prazo da Concessão, dispensando a necessidade de qualquer ajuste.

A seguir se indica como procedeu-se com o teste, apresentando as premissas utilizadas a fim de obter a conclusão descrita no parágrafo acima.



## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **11. Intangível--Continuação**

#### b) Movimentação do ativo intangível--Continuação

##### *Saldo do ativo intangível (Carrying Amount)*

O saldo do ativo intangível utilizado está descrito e detalhado nesta nota. Resumidamente, o valor considerado para o teste de recuperabilidade advém das capitalizações, líquidas de amortização, realizadas pela Concessionária até 31 de dezembro de 2020. A maior parte do valor capitalizado diz respeito ao valor presente da Outorga Fixa, que atesta o direito da Concessionária em explorar a Concessão, e dos valores de investimentos, dispendidos pela Concessionária a fim de reformar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de seu plano de negócios.

A seguir, elucida-se a metodologia para cálculo do fluxo de atividades operacionais:

##### *Projeção do fluxo de caixa operacional*

##### Receitas

Para estimar o fluxo de receitas entre janeiro de 2021 e outubro de 2049, último exercício da Concessão, adotou-se melhores práticas para projeção de receitas da unidade geradora de caixa da Companhia, divididas em receitas tarifárias e receitas não tarifárias. Inicialmente considerou-se a atual infraestrutura dos aeroportos de Vitória e Macaé e para as projeções a partir de outubro de 2024 foi considerada a estrutura da nova pista no aeroporto de Macaé.

Desse modo, a projeção de demanda de passageiros e aeronaves, constantes da unidade Terminal de Passageiros, se estabiliza assim que se alcança a capacidade operacional máxima do terminal e sistema de pistas. As receitas auferidas nesta unidade provêm das tarifas reguladas conforme estabelecido do Contrato de Concessão.

Já no caso de negócios comerciais, parte dos recebíveis se originam da cessão de áreas do terminal de passageiros para exploração comercial: varejo, lojas francas, espaços de alimentação e bebidas, publicidade, estacionamento etc. Para estimar a arrecadação proveniente desse segmento, utilizou-se as premissas contratuais atuais, que crescem de acordo com o crescimento da demanda.

Para todos os negócios imobiliários considerou-se apenas a cessão simples de área para os empreendimentos, sem aventar a possibilidade de a Companhia participar conjuntamente com os investimentos necessários e, portanto, podendo compartilhar os recebíveis de cada empreendimento.

## **Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **11. Intangível--Continuação**

#### b) Movimentação do ativo intangível --Continuação

*Projeção do fluxo de caixa operacional--Continuação*

##### Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas da Companhia ao longo do tempo. Esse fluxo se divide em três principais: custos e despesas operacionais e administrativas, impostos e investimentos em manutenção da infraestrutura.

Os custos e despesas operacionais e administrativas partiram do atual padrão da Companhia, e sua projeção baseia-se, em grande parte, no aumento da demanda de passageiros e carga. Os impostos utilizados, diretos e indiretos, foram estimados de acordo com a legislação vigente aplicada à Companhia, considerando os créditos de impostos indiretos acumulados até 31 de dezembro de 2020 e os créditos a obter com a operação dos aeroportos ao longo dos anos que restam. Também se considerou um percentual de reinvestimento no fluxo de caixa, esse valor foi estimado apenas para manter a infraestrutura atual em nível operacional. Portanto, não se considerou necessidades de expansão futuras, pois, conforme já dito, a demanda ficou estável a partir do atingimento desses limites de capacidade.

##### Valor presente e taxa de desconto

A partir da formatação da estimativa de fluxo de caixa operacional, conforme premissas apresentadas acima, fez-se o desconto desse a valor presente através da utilização de uma taxa de desconto. A data-base utilizada foi de dezembro de 2020, uma vez que o teste de recuperabilidade foi elaborado sobre o ativo intangível de mesma data.

A taxa de desconto respeitou a consagrada metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Nessa metodologia, pondera-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem da Companhia. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se as premissas obtidas a partir dos contratos atuais de financiamento firmados pela Companhia, além de projeções de longo prazo dos indexadores destas dívidas. Em relação ao custo de capital próprio, utilizou-se o modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model), no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade dos títulos da dívida pública brasileira, e pondera-se um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 12. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores		
Fornecedores gerais	4.564	986
Repasses taxas aeroportuárias	5	-
Provisões de contas a pagar	417	336
Total de fornecedores	<u>4.986</u>	<u>1.322</u>

As provisões de contas a pagar, no momento de R\$ 417 em 31 de dezembro de 2020, referem-se a serviços prestados durante o exercício de 2020, conforme contratos firmados com os respectivos fornecedores, dos quais os documentos fiscais suporte não foram fornecidos dentro do exercício.

### 13. Empréstimos e financiamentos

Em 28 de abril de 2020, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para obtenção de linha de crédito no valor de R\$ 550.000, divididos entre os sub crédito - A (R\$ 350.000) e sub crédito - B (R\$ 200.000), no qual ocorreu em outubro de 2020 o primeiro desembolso no montante de R\$ 13.125 referente ao sub crédito - A.

A remuneração deste contrato envolve a taxa de juros de 5,76% ao ano para o sub crédito - A e taxa de juros de 5,78% ao ano para o sub crédito - B, ambos acrescidos do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

A parcela da taxa de juros incidirá sobre o saldo devedor e será exigível da seguinte forma:

- (i) Sub crédito A: trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro de cada ano, e mensalmente, a partir do dia 15 de julho de 2025, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal;
- (ii) Sub crédito B: trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de maio, agosto, novembro e fevereiro de cada ano, e mensalmente, a partir do dia 15 de setembro de 2027, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A liquidação das amortizações está apresentada a seguir:

- (i) Sub crédito A: em 227 (duzentas e vinte e sete) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de julho de 2025;
- (ii) Sub crédito B: em 201 (duzentas e uma) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de setembro de 2027.

#### a) Composição da dívida

	<u>2020</u>
Empréstimos, financiamento	
Empréstimos BNDES	<u>7.860</u>
Total de empréstimos, financiamento	<u><u>7.860</u></u>
Circulante	7.860

#### b) Movimento da dívida

	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	
Captações	13.125
Pagamentos de juros e encargos	(74)
Apropriação de juros e atualizações monetárias	436
Custos de transação a amortizar	<u>(5.627)</u>
Saldo no final do exercício	<u><u>7.860</u></u>

O contrato de empréstimo realizado junto ao BNDES possui cláusula de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (covenants), conforme apresentadas a seguir:

- (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") maior ou igual a 1,3 (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (EBTIDA - Pagamento de IR e CSLL/SD (BNDES + Outros Credores));
- (ii) Manter o índice de capitalização Patrimônio Líquido sobre Ativo Total ("PL/AT") maior ou igual a 20% (vinte por cento).

Até o atingimento do Completion / conclusão física do projeto e desde que atingidos os índices financeiros no exercício financeiro imediatamente anterior, reserva-se ao BNDES o direito de requerer reavaliação dos bens gravados, o que se dará por meio da apresentação anual do relatório de atingimento dos índices financeiros (ICSD e PL/AT), havendo ocorrido depreciação da garantia, esta deverá ser reforçada por meio:

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (i) da vedação integral à distribuição de dividendos e/ou quaisquer pagamentos ao acionista;
- (ii) do bloqueio da integralidade dos direitos cedidos na conta bloqueio, em caso de ICSD inferior a 1,2, na forma do Contrato de Cessão e Administração;
- (iii) da aceleração da liquidação da dívida, em caso de ICSD inferior a 1,1, mediante o pagamento de prestações de amortização de principal com os recursos constantes da conta bloqueio até que o ICSD atinja 1,3, calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas do ano anterior, e ajustado de forma a considerar o Serviço da Dívida após as amortizações realizadas pela aceleração da dívida.

Em 2020 a Companhia encerrou o exercício com o ICSD negativo de 14,36, sendo assim, a companhia realizou a reclassificação da dívida integralmente para o circulante. Abaixo segue o cálculo realizado para apuração do ICSD

EBITDA	411
Pagamentos IR/CS	(1.473)
Basis for calculation	(1.062)
Debt service	74
<b>DSCR</b>	<b>(14,36)</b>

Em janeiro de 2021 a Companhia iniciou as tratativas junto ao BNDES para solicitação de waiver à instituição.

### 14. Partes relacionadas

	2020	2019
Partes relacionadas		
Zurich Airport Latin América Ltda	-	307
Concessionária do Aeroporto Internacional de Florianópolis	533	-
Total de partes relacionadas	533	307

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 15. Obrigações sociais e trabalhistas

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Obrigações sociais e trabalhistas		
Salários a pagar	<b>3</b>	-
Encargos a recolher	<b>265</b>	396
Participação nos lucros e resultados	<b>987</b>	-
Provisão de férias	<b>1.050</b>	296
Outros passivos	-	2
Total de obrigações sociais e trabalhistas	<b>2.305</b>	694

### 16. Tributos a recolher

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Tributos a recolher		
IRRF a recolher	<b>174</b>	135
CSRF a recolher	<b>185</b>	64
PIS e COFINS a recolher	<b>824</b>	34
PIS e COFINS diferido	<b>221</b>	-
INSS retido a recolher	<b>122</b>	28
ISS a recolher	<b>275</b>	23
Taxas a recolher	-	45
Total de tributos a recolher	<b>1.801</b>	329

A Companhia possui mandado de segurança nº. 5015465-03.2020.4.02.5001/ES emitido pela Justiça federal em 3 de novembro de 2020 favorável a exclusão do ISSQN da base de cálculo do Pis e Cofins.

### 17. Outros passivos

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Outros passivos		
Cauções em garantia	<b>89</b>	-
Adiantamento de clientes	<b>387</b>	-
Provisões diversas	-	541
Total de outros passivos	<b>476</b>	541

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 18. Patrimônio líquido

#### Capital social

O capital social da Concessionária, em 31 de dezembro de 2020, está representado por 593.908.620 (quinhentas e noventa e três milhões, novecentas e oito mil, seiscentas e vinte) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Foram subscritos um montante de R\$ 593.909 tendo sido R\$ 571.001 integralizado e o montante remanescente de R\$ 22.908 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2024.

### 19. Receitas operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta tarifária	39.530	193
Receita bruta não tarifária	28.240	107
Receita linearização contratos - IFRS 16	2.390	-
Receita de construção - OCPC 05	3.061	-
Impostos sobre vendas	(8.307)	(32)
Devoluções e cancelamentos	(1)	-
Total receita operacional líquida	<u>64.913</u>	<u>268</u>

### 20. Custos de serviço e despesas gerais e administrativas

A Concessionária optou por apresentar a demonstração do resultado por função em 2020. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo de construção	(3.061)	-
Salários, encargos e benefícios	(17.113)	(4.209)
Depreciação e amortização	(7.392)	(35)
Serviços de terceiros	(20.596)	(5.544)
Manutenção	(8.377)	(246)
Utilidades e serviços	(7.867)	(32)
Material de uso e consumo	(284)	(237)
Outros custos	(2.040)	(842)
Despesas com vendas	(309)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.950)	-
	<u>(71.989)</u>	<u>(11.145)</u>
Custos dos serviços prestados	(54.185)	(185)
Despesas comerciais	(5.259)	-
Despesas administrativas e gerais	(12.545)	(10.960)
Total	<u>(71.989)</u>	<u>(11.145)</u>

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 21. Resultado financeiro líquido

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	<b>437</b>	4.947
Descontos obtidos	<b>5</b>	30
Juros ativos	<b>146</b>	-
Variação cambial ativa	<b>42</b>	-
Outras receitas	<b>-</b>	1
Total receitas financeiras	<b>630</b>	4.978
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	<b>(167)</b>	(183)
Variação cambial passiva	<b>(12)</b>	-
Impostos sobre operações financeiras	<b>(114)</b>	(231)
Total despesas financeiras	<b>(293)</b>	(414)
Resultado financeiro líquido	<b>337</b>	4.564

### 22. Imposto de renda e contribuição social

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Prejuízo fiscal e base negativa	<b>1.952</b>	776
Diferenças temporárias	<b>2.160</b>	303
Diferenças capitalização empréstimos	<b>(160)</b>	-
Diferenças linearização - IFRS 16	<b>(738)</b>	-
Total de impostos diferidos	<b>3.214</b>	1.079

#### Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:



## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	<b>(6.644)</b>	(6.313)
Alíquota nominal - lucro real	<b>34%</b>	34%
Tributos apurados pela alíquota vigente	<b>2.259</b>	2.146
Efeitos fiscais sobre as adições e exclusões permanentes:		
Brindes	<b>(5)</b>	(21)
Despesas indedutíveis	<b>(11)</b>	(1.046)
Perdas	<b>(106)</b>	-
Outros	<b>(2)</b>	-
Imposto de renda e contribuição social	<b>2.135</b>	1.079
Imposto de renda e contribuição social diferido	<b>2.135</b>	1.079

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social, diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

### 23. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado as coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Garantia de execução contratual: assegura o cumprimento das obrigações descritas no contrato.

Risco operacional: garante cobertura contra perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados.

Responsabilidade civil: garante cobertura contra danos causados a terceiros, decorrente da atividade do segurado como operador do aeroporto.

D&O: garante o pagamento de indenização, a título de perdas, devida a terceiros por conselheiros, diretores e/ou administradores, decorrente de uma reclamação ou pela sociedade, decorrente exclusivamente de uma reclamação de mercado de capitais.

## Aeroportos do Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 23. Cobertura de seguros--Continuação

<b>Tipos de seguros</b>	<b>Importância segurada (R\$ mil)</b>	<b>Prazo de vigência</b>
Responsabilidade Civil	20.000	01/10/2020 a 01/10/2021
Seguro Garantia	696.800	01/01/2021 a 31/12/2023
Garantia de execução contratual	244.733	01/10/2020 a 01/10/2021
Garantia de execução contratual	43.232	15/08/2019 a 14/08/2021
D & O	40.000	13/11/2020 a 13/11/2021

<b>Tipos de seguros</b>	<b>Importância segurada (USD mil)</b>	<b>Prazo de vigência</b>
Responsabilidade Civil	234.444	01/10/2020 a 01/10/2021